



Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel

inclusão social e desenvolvimento territorial





Desde sua criação, em 2004, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) vem conquistando importantes avanços no que diz respeito à inclusão social, geração de emprego e distribuição de renda entre agricultores familiares produtores de matéria prima.

As ações do PNPB direcionadas às especificidades de cada região do país produzem resultados que confirmam sua metodologia.

O Projeto Pólos vem funcionando como uma “incubadora de fornecedores de matéria prima para o PNPB”, e como um indutor do desenvolvimento territorial, levando informações, promovendo fóruns de discussões e conhecimento aos agricultores familiares e outros atores territoriais no campo.

Os projetos e parcerias apoiados pela Ação do Biodiesel da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) vêm sendo qualificadas graças a melhor identificação de demandas feita pelo Projeto Pólos e à integração com os Territórios da Cidadania.

Há muitos desafios a enfrentar e, por este motivo, o MDA, apoiado em seu trabalho de constante diálogo com o setor, apresenta nesta nova Cartilha, todo conteúdo necessário àqueles que desejam participar deste projeto ou apenas conhecer melhor seu funcionamento.

Recheado por uma série de dados que demonstram, tanto a eficácia das ações quanto as necessidades de ajustes e avanços, o conteúdo aqui apresentado foi cuidadosamente elaborado para ampliar ainda mais o acesso à esta importante política de inclusão social e de geração de renda entre os agricultores familiares.

Para aqueles que acompanham a execução e a evolução do PNPB, o MDA criou também uma seção em seu sítio na WEB aonde são constantemente atualizados dados e informações. Acesse e informe-se: www.mda.gov.br/biodiesel

Boa leitura!







O BIODIESEL

O biodiesel é um combustível biodegradável derivado de fontes renováveis, que pode ser produzido a partir de gorduras animais ou de óleos vegetais, existindo dezenas de espécies vegetais no Brasil que podem ser utilizadas, tais como mamona, dendê, girassol, canola, gergelim, soja, dentre outras. Por esse motivo a energia gerada pelo biodiesel é chamada de “energia renovável”.

Substitui total ou parcialmente o óleo diesel de petróleo em motores automotivos (de caminhões, tratores, camionetas, automóveis, etc) ou estacionários (geradores de eletricidade, calor, etc). Pode ser usado puro ou misturado ao diesel em diversas proporções. A mistura de 5% de biodiesel ao diesel de petróleo é chamada de B5 e assim sucessivamente, até o biodiesel puro, denominado B100.

As vantagens do BIODIESEL

Por substituir o óleo diesel que vem do petróleo, tem sido um grande vetor de redução das emissões de diversos poluentes (monóxido de carbono, enxofre, etc) e no combate ao efeito estufa.

Colabora para uma maior diversificação da matriz energética brasileira, que já é exemplo mundial na utilização de energias renováveis.

Reforça o protagonismo do Brasil nos acordos e compromissos internacionais de respeito ao meio ambiente e mudanças climáticas.

Contribui para que o Brasil compre menos óleo diesel de petróleo de países estrangeiros e também deixe de exportar grãos in natura, esmagando e produzindo óleo e farelo dentro do país.

Além das vantagens ambientais e econômicas, a produção de biodiesel brasileiro inova pelos benefícios sociais. Produzir biodiesel gera trabalho e renda, tanto no campo, quanto na fábrica. O cultivo da matéria prima cria oportunidades de trabalho e geração de renda na agricultura familiar, estimulando a inclusão social em todas as regiões do país.



Programa Nacional de Produção e Uso de BIODIESEL - Trajetória

A partir da década de 1990, vários países no mundo começaram a apresentar significativas ações e avanços na produção e uso de biodiesel, motivados pela consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável e pela preocupação com as limitações do uso dos combustíveis não renováveis.

Seguindo essa tendência, no Brasil, um Decreto da Presidência da República instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de apresentar estudos sobre a viabilidade da utilização do biodiesel como fonte alternativa de energia no país.

O estudo resultou na identificação de alguns desafios:

- padrões de qualidade para o biodiesel
- formas de aproveitamento dos subprodutos das oleaginosas
- possibilidade de tributação diferenciada de acordo com as necessidades de cada região
- logística da origem da matéria prima e da distribuição do biodiesel, entre outros.

Por outro lado, o estudo apresentou várias potencialidades como:

- a enorme capacidade produtiva de biomassa no país
- as experiências de pesquisa e produção de biodiesel
- a possibilidade de redução das importações de óleo diesel
- a disponibilidade de áreas agrícolas não utilizadas e subutilizadas, e
- a ótima chance de se criar mecanismos de participação de agricultores familiares na cadeia produtiva do biodiesel.

Com base nos resultados do relatório final do GTI, foi criado, em 2004, pelo Governo Federal, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), como ação estratégica e prioritária para o Brasil. O Programa nasceu com o compromisso de viabilizar a produção e o uso do biodiesel no país, com foco na competitividade, na qualidade do biocombustível produzido, na garantia de segurança de seu suprimento, na diversificação das matérias primas, no fortalecimento das potencialidades regionais para produção, e, prioritariamente, na inclusão social de agricultores familiares.

Além de todos os benefícios esperados, do ponto de vista ambiental e econômico, o PNPB apresentou um diferencial em relação aos programas de incentivo ao biodiesel em outros países ao instituir o aspecto social como um de seus principais alicerces. Desta forma, o PNPB surge, então, como uma grande oportunidade de inserção das mais de quatro milhões de famílias de agricultoras e de assentados da reforma agrária na cadeia de produção do biodiesel no Brasil.





O que é o PNPB

O PNPB é um programa interministerial que tem como objetivo a implementação da cadeia de produção do biodiesel no Brasil.

As principais diretrizes do programa são:

- implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social através da geração de renda e emprego;
- garantir preços competitivos, qualidade e suprimento;
- produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas, fortalecendo as potencialidades regionais para a produção de matéria prima.

O PNPB é conduzido por uma Comissão Executiva Interministerial (CEIB), que tem como função elaborar, implementar e monitorar o programa, propor os atos normativos necessários à sua implantação, assim como analisar, avaliar e propor outras recomendações e ações, diretrizes e políticas públicas.

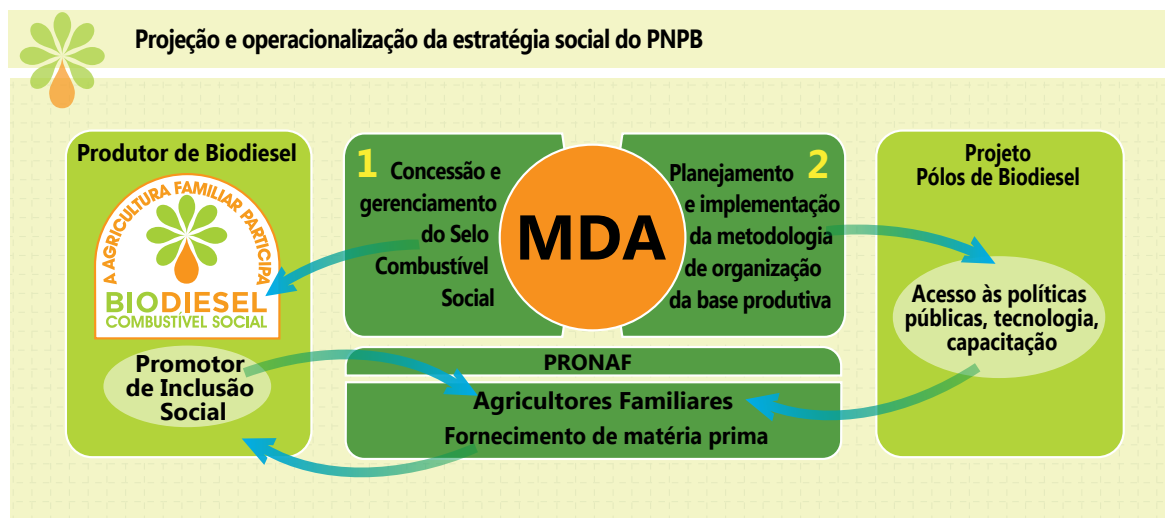
O programa possui também um Grupo Gestor a quem compete a execução das ações relativas à gestão operacional e administrativa voltadas para o cumprimento das estratégias e diretrizes estabelecidas pela CEIB.

É coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e integrado por alguns ministérios membros da CEIB e órgãos como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Petrobras e Embrapa.

O MDA no PNPB

Ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) coube a responsabilidade de projetar e operacionalizar a estratégia social do PNPB, criando formas de promover a inserção qualificada de agricultores familiares na cadeia de produção do biodiesel.

Desde o início do programa o MDA atua em duas frentes.



A concessão e o gerenciamento do Selo Combustível Social é a identificação concedida pelo MDA ao produtor de biodiesel que cumpre os critérios estabelecidos pelo Programa e que confere status de promotor de inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O planejamento e a implementação da metodologia de organização da base produtiva denominada Projeto Pólos de Biodiesel tem como objetivo articular a base produtiva da agricultura familiar que fornece matéria prima para a produção de biodiesel e os diversos atores estaduais e territoriais envolvidos na temática. Isto facilita o acesso destes agricultores às políticas públicas, às tecnologias e à capacitação adequada às regiões do país com potencial de implantação do projeto.



Vantagens do Selo Combustível Social

Quando os produtores de biodiesel fomentam a produção de matéria prima (mamona, dendê, girassol, soja, entre outras) da agricultura familiar, eles estão promovendo a inclusão social e o desenvolvimento regional, pois com isso, geram trabalho e renda para estas famílias. Por esse motivo, estes produtores recebem o Selo Combustível Social, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A vantagem de ter o Selo Combustível Social é que, com ele, o produtor de biodiesel tem algumas condições especiais:

- Diferenciação/isenção nos tributos PIS/PASEP e COFINS;
- Participação assegurada de 80% do biodiesel negociado nos leilões públicos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- Acesso às melhores condições de financiamento junto aos bancos que operam o Programa (ou outras instituições financeiras que possuam condições especiais de financiamento para projetos);
- Possibilidade de uso do Selo Combustível Social para promover sua imagem no mercado.



As obrigações do produtor de BIODIESEL com o Selo Combustível Social

O Selo Combustível Social foi feito para garantir aos agricultores e agricultoras familiares uma participação no mercado de combustíveis do País, mas para que o selo cumpra esta função, o agricultor familiar precisa ficar atento. O Selo só é concedido aos produtores que comprovem que estão promovendo a inclusão social e o desenvolvimento regional.

Para tanto, os produtores de biodiesel precisam obedecer algumas regras, cumprir algumas tarefas para com o agricultor familiar, que são:

- Firmar contratos com os agricultores familiares negociados com a participação de uma entidade representativa dos mesmos (sindicatos, federações). A agricultura familiar organizada na forma de sindicatos ou federações terá que dar anuência por meio de carta para validar o que foi acordado entre as partes;
- Repassar cópia dos contratos devidamente assinados pelas partes para o agricultor familiar contratado e para a entidade representativa (sindicato, federação, outros);
- Assegurar assistência técnica gratuita aos agricultores familiares contratados;
- Capacitar os agricultores e agricultoras familiares para a produção de oleaginosa(s), de forma compatível com a segurança alimentar da família e com os processos de geração de renda em curso, contribuindo para a melhor inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel e para o alcance da sustentabilidade da propriedade.
- Repassar ao agricultor familiar assistido pelo técnico, cópia do laudo de visita devidamente assinado;
- Adquirir um percentual mínimo de matéria prima da agricultura familiar, que varia de região para região, de acordo com a normativa vigente (informações www.mda.com.br).

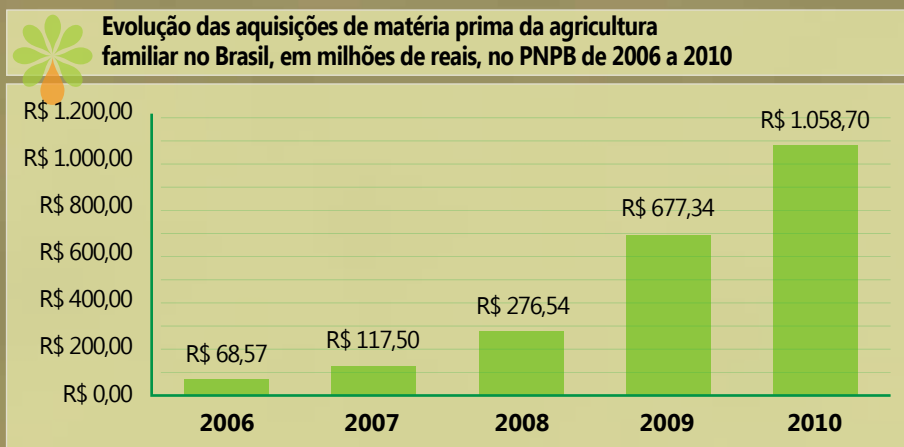
Outra regra que os produtores de biodiesel precisam obedecer é a de estimular o plantio de oleaginosas somente em áreas com zoneamento agrícola para a oleaginosa em questão, ou em áreas que tenham recomendação técnica emitida por órgão público competente. Nos casos de oleaginosa de origem extrativista as áreas terão que possuir um plano de manejo.



Valores de aquisições da agricultura familiar pelas empresas de biodiesel

As aquisições da agricultura familiar realizadas por empresas detentoras do Selo Combustível Social apresentam um comportamento ascendente. Em 2006, 2007, 2008 e 2009 as empresas compraram da agricultura familiar, em todo país R\$ 68,5 milhões, R\$ 117,5 milhões, R\$ 276,5 milhões, e R\$ 677,34 milhões respectivamente.

Já no ano de 2010, as aquisições da agricultura familiar apresentaram um crescimento de mais de 56% em relação ao ano anterior com uma marca de R\$ 1,058 bilhão em compras de matérias primas.

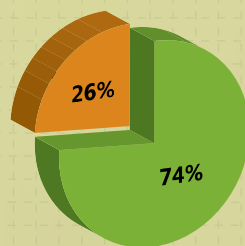


Fonte: SAF/MDA (2010)

O valor de aquisições totais de 2010 representa aproximadamente 26% de todo montante de matéria prima adquirido por empresas detentoras do Selo Combustível Social em 2010 (R\$ 4,043 bilhões).



Representatividade das aquisições da agricultura familiar em reais no PNPB em 2010, em relação ao total de matérias primas adquiridas



■ Aquisições de outros fornecedores

Fonte: SAF/MDA (2010)

Do ponto de vista regional, as regiões Sul e Centro Oeste, possuem as maiores participações regionais nas aquisições da agricultura familiar no PNPB.

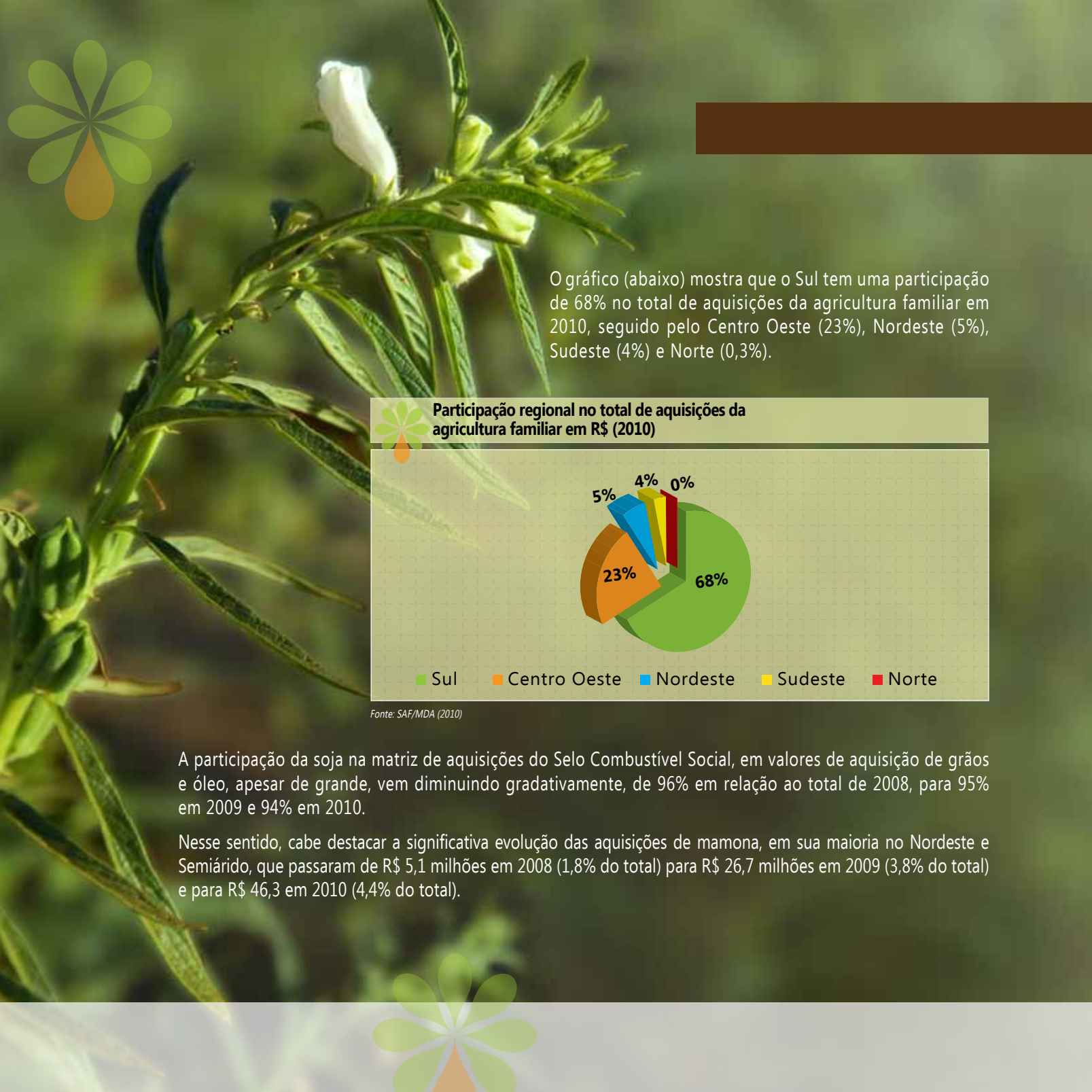
No caso da Região Sul o destaque se dá pela combinação do grande número de estabelecimentos da agricultura familiar participando do programa, maior capacidade de organização em cooperativas, o que, por sua vez, aumenta a atratividade para a indústria compradora de matérias primas e a predominância regional da oleaginosa soja – matéria prima com vantagens de consolidação técnica e produtiva em relação às demais.

No caso da Região Centro Oeste, o destaque se dá pela combinação da predominância regional da oleaginosa soja, assim como na região Sul, e também pelas maiores áreas médias permitidas para a agricultura familiar, com efeitos diretos no volume de grãos produzido.

Quanto às outras regiões, onde as maiores iniciativas de arranjos produtivos se dão entre oleaginosas diferentes da soja, também houve crescimento nas aquisições.

Na região Nordeste, a evolução das aquisições da agricultura familiar tem sido impulsionada, sobretudo, pela ação efetiva da Petrobras Biocombustível, registrando aumento de mais de 400% de 2008 para 2009, e de quase 80% de 2009 para 2010, chegando a quase R\$ 47 milhões.

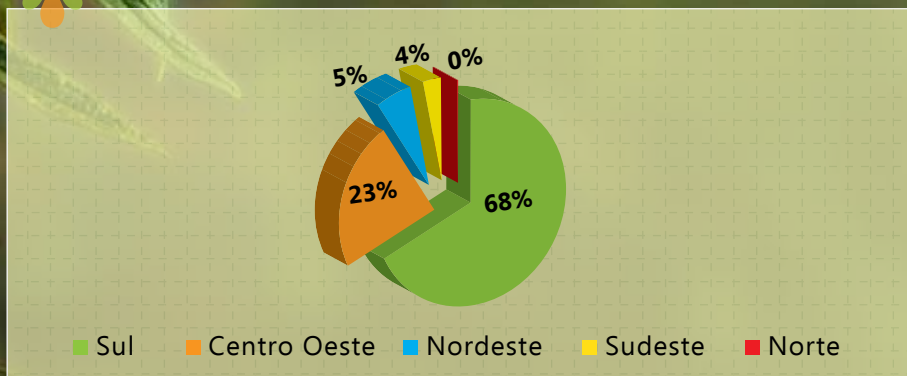




O gráfico (abaixo) mostra que o Sul tem uma participação de 68% no total de aquisições da agricultura familiar em 2010, seguido pelo Centro Oeste (23%), Nordeste (5%), Sudeste (4%) e Norte (0,3%).



Participação regional no total de aquisições da agricultura familiar em R\$ (2010)



Fonte: SAF/MDA (2010)

A participação da soja na matriz de aquisições do Selo Combustível Social, em valores de aquisição de grãos e óleo, apesar de grande, vem diminuindo gradativamente, de 96% em relação ao total de 2008, para 95% em 2009 e 94% em 2010.

Nesse sentido, cabe destacar a significativa evolução das aquisições de mamona, em sua maioria no Nordeste e Semiárido, que passaram de R\$ 5,1 milhões em 2008 (1,8% do total) para R\$ 26,7 milhões em 2009 (3,8% do total) e para R\$ 46,3 em 2010 (4,4% do total).





Aquisições da agricultura familiar no PNPB, em milhões de R\$, por matéria prima, de 2008 a 2010			
Matéria prima	2008	2009	2010
TOTAL	R\$ 276,54	R\$ 677,34	R\$ 1.058,70
Soja	R\$ 256,06	R\$ 640,76	R\$ 995,86
Mamona	R\$ 5,14	R\$ 26,79	R\$ 46,36
Óleo de Soja	R\$ 10,20	R\$ 4,39	R\$ 5,37
Gergelim	R\$ 0,00	R\$ 0,18	R\$ 4,17
Dendê	R\$ 2,45	R\$ 2,50	R\$ 3,35
Girassol	R\$ 1,95	R\$ 1,12	R\$ 1,18
Canola	R\$ 0,62	R\$ 0,35	R\$ 1,17
Amendoim	R\$ 0,11	R\$ 1,22	R\$ 1,05
Outras	R\$ 0,02	R\$ 0,19	

Fonte: SAF/MDA (2010)

Outras oleaginosas produzidas pela agricultura familiar continuam participando do programa ainda de forma tímida, mas não de forma menos importante, como é o caso do dendê, do gergelim, do girassol e da canola.

As iniciativas atuais de produção de oleaginosas por agricultores familiares no Brasil são fruto dos incentivos sociais do PNPB.

Do total da área produzida de mamona no Brasil em 2010, quase 50% foi da agricultura familiar participante do PNPB.

Nos casos da canola e do gergelim, a representatividade da agricultura familiar contratada e apoiada por empresas detentoras do Selo foi de aproximadamente 55% e 45%, respectivamente, em relação à área total produzida no Brasil em 2010.

Participação e controle social

A participação dos movimentos sociais e centrais sindicais e da entidade representativa das empresas produtoras de biodiesel (por meio da União Brasileira do Biodiesel – UBRABIO - e da Associação Brasileira dos Produtores de Biodiesel - APROBIO) tem sido um marco na elaboração das normas, execução e controle do Selo Combustível Social por parte da Secretaria da Agricultura Familiar do MDA.

Além disso, com o Projeto Pólos de Biodiesel, foram criados Grupos de Trabalho (GTs) dos Pólos e GTs estaduais com o objetivo de facilitar o aporte de políticas públicas para a agricultura familiar produtora de matéria prima.

Este processo participativo vem ganhando força com as ações dos Comitês de Articulação Estaduais e dos Colegiados Territoriais do Programa Territórios da Cidadania. Outro canal de participação e controle das ações do PNPB por parte da sociedade tem sido a Câmara Temática Setorial de Oleaginosas e Biodiesel, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em que o MDA possui assento e que conta com representantes de entidades públicas e privadas.

Interação e relações federativas

O PNPB busca promover a interação dos diversos setores da sociedade envolvidos na produção e no uso do biodiesel, assim como as diversas iniciativas regionais e estaduais relacionadas.

O MDA, no que se refere ao processo de inclusão da agricultura familiar no PNPB, também trabalha em parceria com os diversos atores da cadeia produtiva. Além disso, tenta qualificar suas ações por meio da interação com iniciativas e programas de governos estaduais, sejam eles específicos do biodiesel ou mais abrangentes, que envolvam a produção de biocombustíveis em geral ou a agroenergia.

Outro aspecto importante na interação promovida pelo programa é que o apoio e o esforço despendidos pelos programas estaduais de biodiesel (e correlatos) contribuem com a redução dos custos de organização da base produtiva de oleaginosas pela agricultura familiar, além de significar uma fonte importante de reorientação estratégica das ações de inclusão social e de geração de renda para agricultores familiares no PNPB, a partir do diálogo com a Coordenação de Biocombustíveis da SAF/MDA.



Para participar do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) o agricultor familiar deve possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que pode ser tirada em Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural e sindicatos rurais.



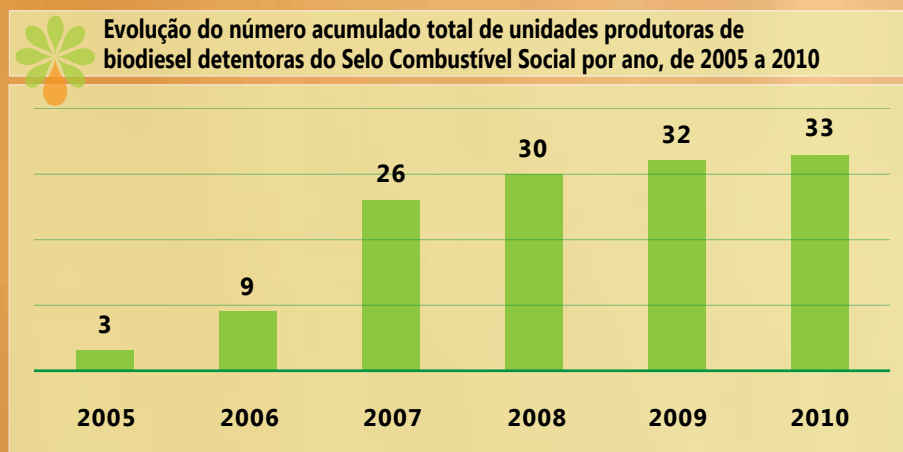
Principais resultados

- **Unidades produtoras de biodiesel e o Selo Combustível Social**

De 2005 a 2010, o MDA concedeu o uso do Selo Combustível Social a 42 unidades produtoras de biodiesel e suspendeu a mesma concessão para 9 unidades produtoras.

Os anos de 2005 e 2006 fecharam com 3 e 6 unidades produtoras de biodiesel, respectivamente, realizando parcerias com a agricultura familiar. O ano de 2007 apresentou um crescimento significativo no número de unidades parceiras da agricultura familiar, fechando com 17 novas unidades.

Nos dois anos seguintes, houve o acréscimo de mais 4 e 2 unidades respectivamente. Por fim, em 2010 o saldo acumulado aumentou para 33 unidades realizando parceria com a agricultura familiar.

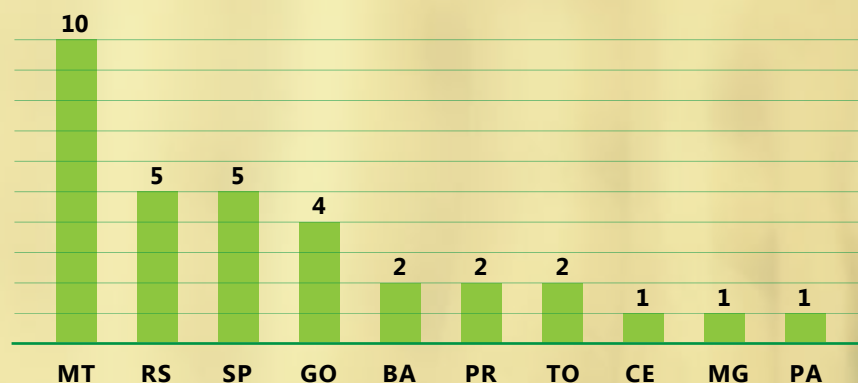


Fonte: SAF/MDA (2010)

Para mais detalhes do número de concessões, suspensões, cancelamentos e vencimento do Selo Combustível Social, assim como o nome das unidades produtoras de biodiesel envolvidas, ver: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas//biodiesel>



Número de unidades produtoras de biodiesel detentoras do Selo Combustível Social ao final do ano de 2010 distribuídas por UF



Fonte: SAF/MDA (2010)

Até o final de 2010, existiam 56 usinas produtoras de biodiesel em todo o Brasil, e, pode-se dizer que aproximadamente 60% delas possuíam o Selo e trabalharam com agricultores familiares. Analisando o número de unidades com Selo por região brasileira é possível constatar que em todas as regiões, no mínimo, metade de suas unidades produtoras de biodiesel trabalharam em parceria com a agricultura familiar.

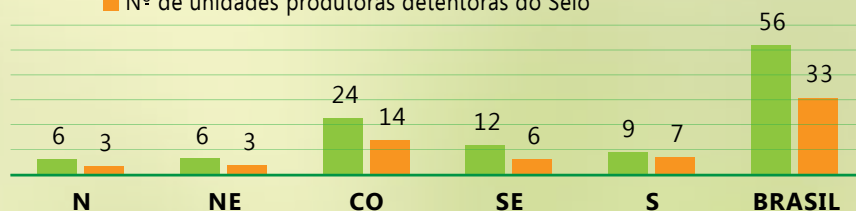




Número total de unidades produtoras de biodiesel e número de unidades de biodiesel detentoras do Selo Combustível Social por região, em 2010.

■ N° total de unidades produtoras*

■ N° de unidades produtoras detentoras do Selo



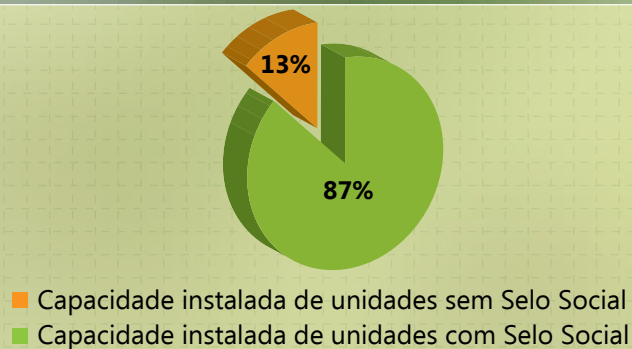
Fonte: SAF/MDA, MME e ANP (2010)

* Usinas com Registro Especial na Receita Federal e autorização da ANP para comercialização de biodiesel.

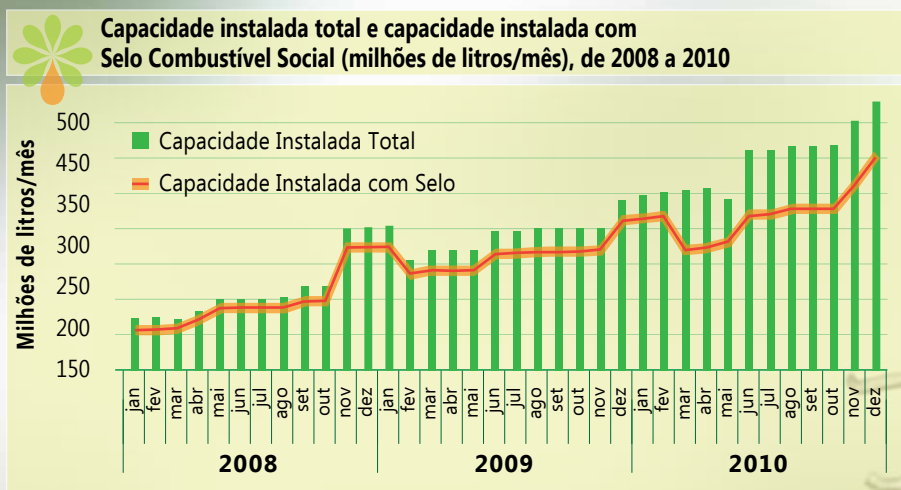
Em 2010, a capacidade de produção de biodiesel instalada no Brasil fechou em 5,2 milhões de metros cúbicos/ano, e desse total, as 33 usinas detentoras do Selo, juntas, responderam por aproximadamente 87%, algo em torno de 4,5 milhões de metros cúbicos/ano.



Participação das unidades detentoras do Selo Combustível Social na capacidade de produção de biodiesel instalada no Brasil, 2010



Fonte: MME (2010)



Fonte: MME (2010)

Para mais detalhes do número de unidades produtoras de biodiesel no Brasil, com e sem Selo Combustível Social, assim como a evolução da capacidade produtiva de biodiesel ver: <http://www.mme.gov.br> e <http://www.anp.gov.br>



Agricultores familiares fornecedores de matéria prima para a produção de BIODIESEL

O modelo de inclusão social do PNPB, inédito no mundo, tem se apresentado como um modelo de parceria entre agricultores familiares e indústria. Naturalmente, muitos desses agricultores nunca haviam participado de uma cadeia agroindustrial exigente em escala, tecnologia e eficiência produtiva.

Por esta razão, nos primeiros anos de implantação do programa, os agricultores familiares, especialmente os das regiões Norte, Nordeste e Semiárido, passaram por um período de transição. Isto demandou um trabalho estrutural de reforço e incentivo à pesquisa e difusão de tecnologias para oleaginosas com potencial para a região, qualificação dos agentes de assistência e capacitação técnica, programas de correção e preparo de solo, incentivos à organização produtiva, entre outros.

O mesmo processo de transição, com forte apelo à organização e capacitação vivenciaram os atores envolvidos com a inclusão social no PNPB, como as entidades representativas e cooperativas da agricultura familiar, empresas produtoras de biodiesel, governos, técnicos, órgãos de pesquisa e assistência técnica.

Essa evolução natural e desafiadora tem levado o MDA a trabalhar com todos estes atores, buscando inserir a agricultura familiar brasileira, tão diversa, de forma qualificada e sustentável, buscando acompanhar seu ritmo e suas particularidades regionais.

O resultado deste esforço tem sido medido também em números, que refletem a participação da agricultura familiar cadenciada em um ritmo natural e sustentável. O número de estabelecimentos da agricultura familiar que realizaram contratos de compra e venda, que receberam assistência técnica e fomento e que, efetivamente, venderam matérias primas para as empresas de biodiesel estão expressos no quadro a seguir. Nele também é possível perceber o aumento registrado nos anos de 2009 e 2010, resultado do aprendizado adquirido por todos os atores da cadeia.



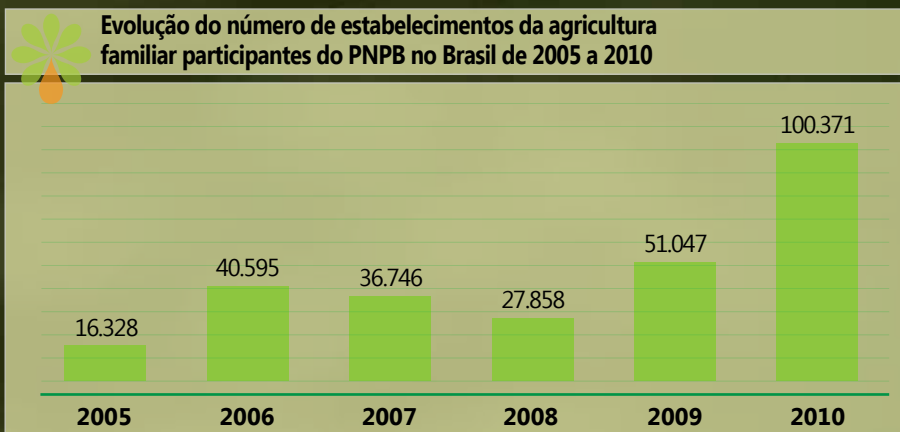


Participação dos agricultores familiares na produção de BIODIESEL

A participação dos agricultores familiares na produção de biodiesel acontece em diferentes etapas:

- 1 - produzindo sementes e mudas de oleaginosas;
- 2 - fornecendo os grãos das oleaginosas (mamona, dendê, girassol, soja, etc.) para as indústrias processadoras;
- 3 - extraíndo o óleo vegetal dos grãos e separando-o do farelo. Neste caso, quando comercializam apenas o óleo bruto, além de agregar um valor maior, os agricultores familiares podem utilizar o farelo para ração dos animais ou para adubação, obtendo mais vantagens no uso da produção;
- 4 - organizando suas próprias usinas para a produção do biodiesel.



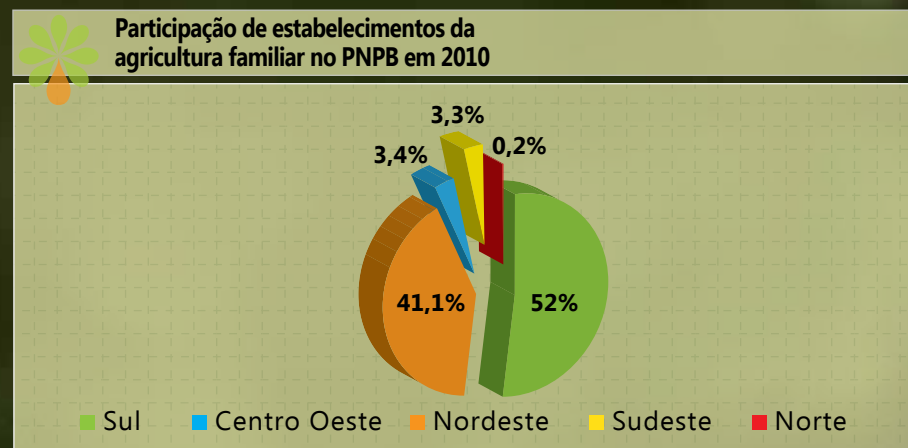


Fonte: SAF/MDA (2010)

O avanço registrado se deve a diversas iniciativas realizadas em conjunto com todos os atores participantes do programa, sobretudo às discussões do governo com o setor e às mudanças nas normativas do Selo Combustível Social, à consolidação metodológica do Projeto Pólos de Biodiesel para todas as regiões do Brasil, à qualificação das demandas de projetos e convênios do MDA para fomento à participação da agricultura familiar no PNPB, à criação de uma agenda positiva com as empresas detentoras do Selo e com cooperativas da agricultura familiar participantes do programa, à melhoria quantitativa e qualitativa dos contratos e da assistência técnica aos agricultores familiares, entre outros.

Evolução do número de estabelecimentos da agricultura familiar participantes do PNPB por Região, de 2005 a 2010						
UF/Região	2005	2006	2007	2008	2009	2010
TOTAL	16.328	40.595	36.746	27.858	51.047	100.371
SUL		8.736	27.928	8.767	29.150	52.187
NORDESTE	15.000	30.226	6.850	17.187	17.711	41.253
CENTRO OESTE		1.441	1.690	1.662	2.550	3.388
SUDESTE	914	7	55	27	1.457	3.297
NORTE	414	185	223	215	179	246

Fonte: SAF/MDA (2010)



Fonte: SAF/MDA (2010)



Oleaginosas produzidas e comercializadas pela agricultura familiar no PNPB

Soja

De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE de 2006, existem mais de 160 mil estabelecimentos da agricultura familiar produtores de soja no Brasil, responsáveis pela produção de 6,6 milhões de toneladas da oleaginosa no país. Aproximadamente 98% destes estabelecimentos estão nas regiões Sul e Centro Oeste.

Entre as iniciativas do PNPB está a de trabalhar as potencialidades regionais para produção de oleaginosas. Isto explica a grande participação da soja nas compras do Selo Combustível Social.

A produção de soja entre agricultores familiares nestas regiões acontece há pelo menos 30 anos, impulsionada pelas demandas das cadeias agroindustriais de carnes e leite. A grande novidade é que até pouco tempo o principal produto da soja foi a proteína vegetal (farelo) utilizada na alimentação animal. Com a introdução do PNPB, o óleo oriundo do grão, antes considerado um subproduto, passou a ser utilizado e valorizado como co-produto para a produção de biodiesel. Com isso, os agricultores familiares têm conseguido agregar mais valor ao produto e gerar mais divisas para o país.

Olhando os dados do PNPB, no ano de 2010, percebe-se que cerca de 60 mil estabelecimentos da agricultura familiar, produtores de soja participaram do programa, vendendo aproximadamente 1,59 milhão de toneladas de soja.

Apesar do número de agricultores familiares beneficiados pelo programa ser altamente expressivo, percebe-se que ainda existe um grande número de famílias agricultoras a serem beneficiadas pelo PNPB.





Mamona

A produção de mamona pela agricultura familiar no PNPB teve um crescimento significativo, devido à intensificação das ações do Governo Federal e das empresas produtoras de biodiesel na região Nordeste. Em 2008, agricultores familiares, em sua grande maioria do Nordeste e do Semiárido, cultivaram 13 mil hectares e venderam 5,8 mil toneladas do grão. Em 2009 estes números subiram para 46 mil hectares e 24 mil toneladas.

Em 2010, foram cultivados, pela agricultura familiar, 72 mil hectares de mamona, que resultaram na venda de 32,8 mil toneladas. Ou seja, quase 50% da área total cultivada no Brasil vieram de agricultores familiares da região Nordeste e do Semiárido.

O PNPB também gerou benefícios para a produção de mamona da agricultura familiar, do ponto de vista da organização de sua cadeia produtiva. A cadeia produtiva desta oleaginosa, cultivada há anos por agricultores familiares no Nordeste e Semiárido, por muitos anos foi caracterizada pela desorganização dos agricultores, pela incerteza da venda do produto, pelo oportunismo dos compradores e pelo baixo índice de tecnificação.

Com o Selo Combustível Social, os agricultores passaram a ter maior segurança nos contratos realizados com a indústria, preços mínimos garantidos pelo Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF) e assistência e capacitação técnica assegurada.

Além disso, um número cada vez maior de agricultores familiares está consolidando a integração da mamona no arranjo produtivo das suas propriedades. Eles demonstram claramente as vantagens que este cultivo representa no ambiente semiárido, tanto para a diversificação da geração de renda como também para a segurança elevada da produção de feijão e milho, cultivados em consórcio com a mamona.

Desta forma, as compras de mamona no PNPB vêm proporcionando renda adicional para as famílias envolvidas e impulsionando economicamente os seus territórios.

Apesar do avanço, existe ainda muito espaço para ampliar a participação da mamona no programa. Para alcançar este objetivo é preciso aumentar a produção e a produtividade da oleaginosa no Semiárido Brasileiro, ancorados na criação de um sistema eficiente de produção, transferência e difusão de tecnologia para o campo.

Neste sentido, o MDA está criando centros de excelência em oleaginosas na região semiárida, no intuito de suprir esta lacuna tecnológica.





Girassol

Embora menos expressivo, também há valores significativos do cultivo do girassol por agricultores familiares vinculados a usinas de biodiesel. Em 2008 foram aproximadamente 2,7 mil toneladas vendidas de girassol. Já nos dois anos seguintes a produção e venda foi de 1,3 e 1,6 mil toneladas.

Aos poucos, agricultores familiares das áreas aptas ao cultivo no girassol no Nordeste estão descobrindo as vantagens do plantio manual em áreas de 2 a 5 hectares, consorciando com milho e feijão. Além da diversificação da renda pela venda do grão, o consórcio permite ampliar a apicultura além uso das sobras da planta na alimentação de caprinos e bovinos.

O cultivo do girassol em áreas de tamanho médio pela agricultura familiar está ocorrendo em algumas regiões do Nordeste e no norte de Minas Gerais, mas encontra seu limite na necessidade do uso de um alto padrão de tecnologia, na maioria dos casos inacessível a estes produtores.

Há um crescimento no cultivo mecanizado desta espécie, principalmente na região Centro Oeste e Nordeste, onde o girassol representa uma alternativa para o plantio da chamada safrinha nas áreas da soja. A introdução do girassol nestas propriedades oferece oportunidades de diversificação da renda além de oferecer forragem para o fortalecimento da bovinocultura.





Gergelim

O gergelim, principalmente no Centro Oeste, é outra cultura que, impulsionada pelo Selo Combustível Social, apresentou resultado expressivo na safra 2009/2010. Os números registram que, em 2008, foram produzidas 5 toneladas, saltando, em 2009, para 138 toneladas e para 1,7 mil toneladas vendidas pela agricultura familiar em 2010.

A agricultura familiar teve participação direta no crescimento exponencial da produção de gergelim no Brasil em 2010. O desafio para o aumento da produção e a produtividade também está vinculado na eficiência da transferência e difusão de tecnologia para o campo.

Como estratégia, o MDA, em parceria com a Embrapa, adotou uma ação de capacitação técnica de profissionais, para atuar no desenvolvimento desta cultura na região Centro Oeste.

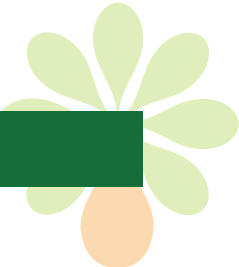


Canola

A canola possui destaque por sua potencialidade de produção na região Sul e parte do Centro Oeste, e vem se mostrando como importante alternativa de cultura de inverno para os agricultores familiares na entressafra da soja. Apesar de algumas restrições quanto à disponibilidade de insumos e maquinários no Brasil, o cultivo e a produção dessa oleaginosa foram de 785,4 toneladas em 2008, caindo para 427,5 toneladas em 2009 e se recuperando em 2010, com 1,9 mil toneladas vendidas a empresas detentoras do Selo Combustível Social.

A produção de canola no Centro Sul sofreu forte influência em sua produção com o surgimento do PNPB. Atualmente cerca de 50% da produção de canola produzida no Brasil é fomentada por empresas de biodiesel.





Dendê



O dendê ainda tem pouca expressão na produção pela agricultura familiar no PNPB, que, em 2010, foi de apenas 16,5 mil toneladas, sendo fomentado por apenas uma unidade produtora de biodiesel na região Norte. Entretanto, sua participação tende a crescer com o lançamento do Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo, lançado pelo Governo Federal em 2010.

Os resultados projetados são promissores diante da abrangência das várias ações já iniciadas, tais como o lançamento, a delimitação das áreas aptas para plantio por meio do zoneamento e a criação da linha de crédito Pronaf Eco para o dendê, com limite de financiamento por agricultor familiar e taxa de juros definida a cada ano.

Além disso, como ação de inclusão e organização produtiva, o MDA vem desenvolvendo um trabalho de mapeamento de agricultores familiares na região Norte. Por meio desta ação, até o momento já foram cadastradas e mapeadas mais de 4,5 mil propriedades de agricultores familiares produtores e interessados em produzir dendê em 2010.

Outra ação do PNPB, porém com foco no Nordeste, tem como objetivo a integração do arranjo produtivo do dendê, gerando oportunidades de complementação de renda para os agricultores da região do Baixo Sul da Bahia onde há uma tradição de produção do óleo de dendê. Na região do Litoral Sul já foram cadastradas mais de mil unidades familiares para iniciar plantios de dendê, sobretudo em áreas de pastagem.



O BIODIESEL como motivador do cooperativismo na Agricultura Familiar

O biodiesel é mais uma forma de incentivar e fortalecer o cooperativismo na agricultura familiar.

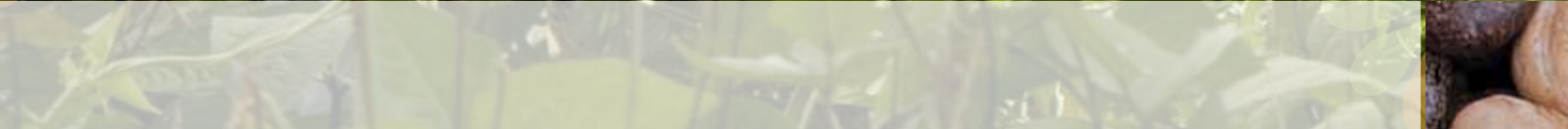
As empresas com Selo Combustível Social podem comprar diretamente dos agricultores familiares ou de suas cooperativas agropecuárias.

Vantagens do cooperativismo para a Agricultura Familiar no PNPB

- Com a venda coletiva, em quantidades maiores, é possível negociar melhores preços com as empresas; além disso, o transporte da matéria prima até o ponto de recebimento de forma coletiva diminui os custos do produto;
- Por meio da cooperativa é possível comprar equipamentos de beneficiamento dos grãos, como debulhador, descascador e secadores, aumentando o valor do produto e melhorando a sua qualidade;
- A assistência técnica pode ser assumida pela própria cooperativa, incluindo este custo no produto, ou por meio de um contrato à parte, desde que negociado antes com a empresa de biodiesel com Selo;
- Organizados em cooperativa, os agricultores familiares podem produzir o óleo vegetal, vender para empresa de biodiesel e empregar o farelo ou torta, que se obtém na extração do óleo do grão, para produção de ração animal ou de fertilizante. Este processo requer muita negociação, pesquisa de mercado e um estudo técnico aprofundado;
- Por meio do cooperativismo o agricultor se fortalece e pode melhorar a maneira com que se relaciona com o mercado, quer seja na venda da oleaginosa ou de seus outros produtos.









Participação de cooperativas de agricultores familiares no PNPB



A capacidade de organização é ainda um desafio entre agricultores familiares. Por esta razão, iniciativas de formação de cooperativas de produção agrícola são fundamentais para o PNPB e uma das principais diretrizes do trabalho do MDA dentro do Programa. A formação de cooperativas e o fortalecimento das que já existem, principalmente nas regiões Nordeste e no Semiárido brasileiro, permitem uma participação mais qualificada e sustentável dos agricultores familiares no PNPB, ajudando a superar os tradicionais gargalos agrícolas, mercadológicos e gerenciais destes atores. Entretanto, estas cooperativas precisam de um corpo administrativo constantemente qualificado e capacitado.

O aprendizado adquirido com o trabalho de organização da base produtiva no PNPB tem demonstrado que o caminho para a consolidação da participação da agricultura familiar passa pela organização cooperativa.

É desta forma que os agricultores familiares alcançam melhores resultados e maiores vantagens em termos de escala de produção, redução de custos, logística, facilidade de acesso a insumos e tecnologias de produção e maior poder de barganha ao negociar os contratos com empresas produtoras de biodiesel, entre outros. Organizados em cooperativas, os agricultores familiares estão mais protegidos de riscos próprios da atividade, além de permitir maior poder de barganha com os elos da cadeia e agregar mais valor à produção, entre outras vantagens.

Além disso, a cooperativa de agricultores familiares que possui DAP Jurídica tem acesso a outros mercados e programas governamentais, como os mercados abertos pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e os recursos disponíveis a partir da publicação da nova Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural. Na região Nordeste, por exemplo, as cooperativas participantes do PNPB já vêm se beneficiando de ambos os programas com a produção de mamona, feijão, milho e outros produtos.

Desde o início do Programa o número de cooperativas da agricultura familiar tem aumentado, partindo de quatro cooperativas em 2006 para 59 em 2010 (conforme gráfico). Das 59 atuais participantes, 42 são da região Sul do Brasil.

Entre as regiões onde já existiam iniciativas cooperativistas da agricultura familiar, como a região Sul, o destaque vai para as regiões Nordeste e Semiárido, aonde muitas das cooperativas surgiram com os incentivos do Programa. Em 2008 era apenas uma cooperativa da agricultura familiar participando do PNPB e em 2010 já são dez.



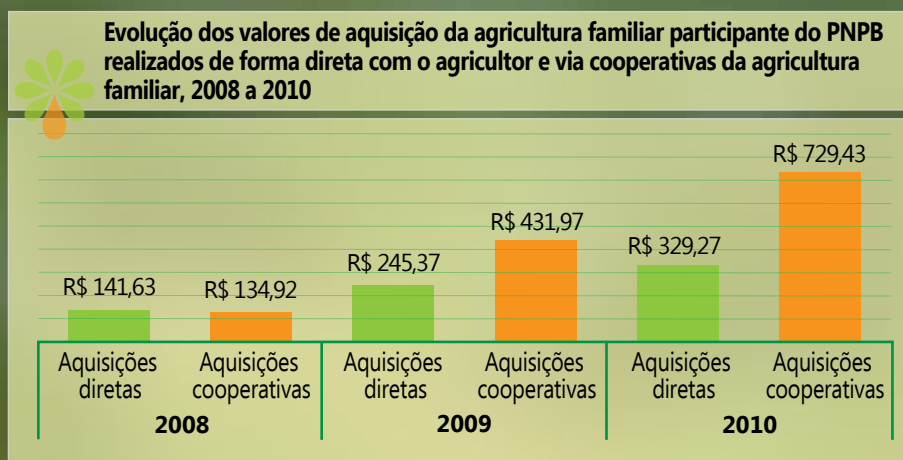


Fonte: SAF/MDA (2010)

Do total de 100.371 estabelecimentos da agricultura familiar fornecedores de matéria prima para empresas produtoras de biodiesel em 2010, aproximadamente 70% delas venderam sua produção por meio de cooperativas. Em 2009 essa proporção era de 68%, e em 2008 somente 31%.

Em 2010, do total de estabelecimentos da agricultura familiar que venderam sua produção por meio de suas cooperativas, 73% são de famílias cooperadas da região Sul e 25% são de famílias cooperadas da região Nordeste. O percentual representativo restante representa famílias cooperadas da região Centro Oeste.

Comparando os valores de aquisição da agricultura familiar por meio de cooperativas é possível perceber que de 2008 a 2010, as cooperativas tornaram-se mais representativas no valor global de aquisições da agricultura familiar, passando de 49% para 68%.



Fonte: SAF/MDA (2010)

O Projeto Pólos de BIODIESEL

Implantado desde 2006, a metodologia de organização da base produtiva desenvolvida pelo MDA denominada Projeto Pólos de Biodiesel é uma das principais estratégias para contribuir, com foco microrregional ou territorial, com a promoção da inclusão social de agricultores familiares na cadeia produtiva do biodiesel, por meio da produção de oleaginosas.

Os Pólos de Produção de Biodiesel são espaços geográficos compostos por diversos municípios, com a presença de agricultores familiares, produtores ou potenciais produtores de matérias primas para fins de produção de biodiesel nos termos do PNPB.

A formação de um Pólo leva em consideração:

- a presença de agricultores familiares com vocação para o plantio de oleaginosas;
- a identidade coletiva territorial;
- a presença de áreas consideradas aptas para o plantio com zoneamento agrícola;
- a atuação e/ou interesse de atuação de empresas detentoras do Selo Combustível Social; e
- a presença de atores sociais políticos e econômicos interessados no desenvolvimento desta cadeia produtiva.

Como parte da metodologia do Projeto, para a organização dos agricultores, empresas, e diversos atores envolvidos, o MDA trabalha com a constituição de Grupos de Trabalho (GTs), visando criar um arranjo institucional em nível territorial. A finalidade é identificar os obstáculos para o desenvolvimento dos arranjos produtivos e, principalmente, elaborar e executar ações estratégicas para a resolução dos problemas encontrados.

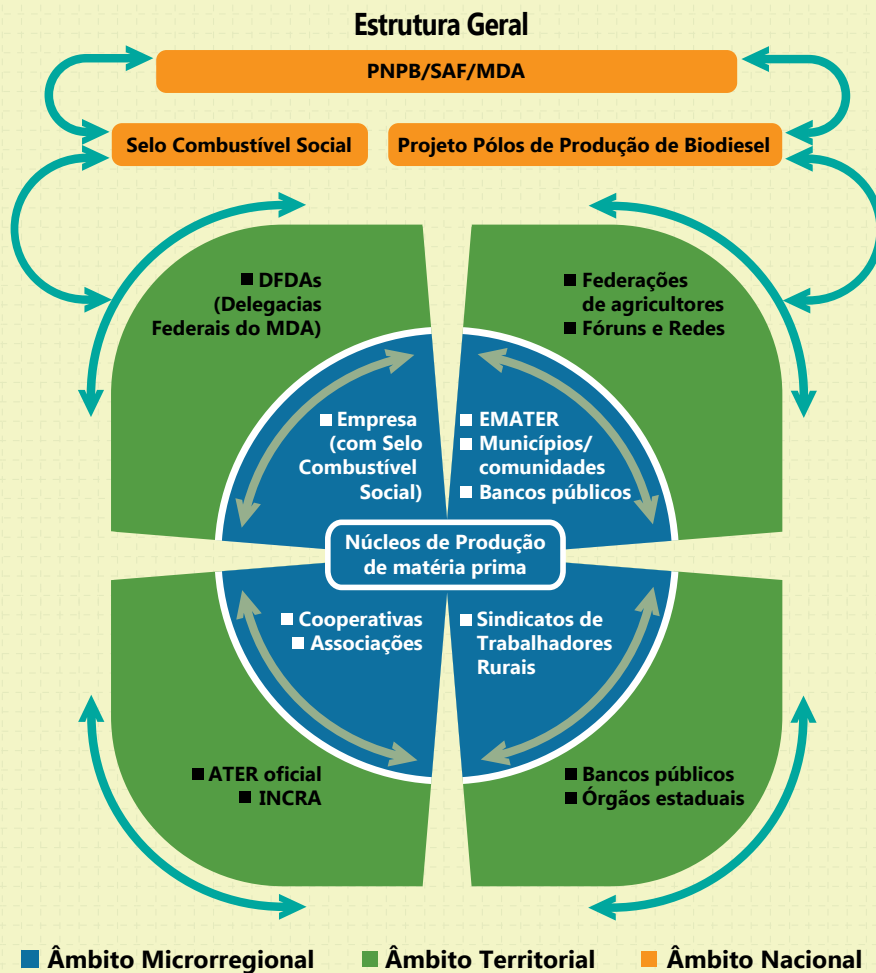
Os GTs, na sua grande maioria, são, portanto, capazes de aproximar as ações dos diversos atores, relevantes para a evolução da cadeia do biodiesel, vencendo a frequente sobreposição de ações e, assim, aumentando as sinergias.

Desta forma, para dar andamento ao Projeto Pólos, o MDA e instituições parceiras se encarregam de mobilizar os principais atores de cada Pólo (agricultores familiares, cooperativas de agricultores familiares, sindicatos dos trabalhadores rurais, prefeituras, EMATERs, órgãos de pesquisa estaduais, Embrapa, empresas, entidades financeiras, universidades, ONGs, etc.) para constituir GTs que possibilitem fortalecer o capital social destes territórios e organizar os interesses dos atores regionais envolvidos com o biodiesel.





Estrutura e relações do Projeto Pólos de Biodiesel



Fonte: SAF/MDA (2010)



Evolução do número de pólos acompanhados pela SAF/MDA
e do número de seus municípios, por UF (2006 a 2010)

UF/Região	2006		2007		2008		2009		2010	
	Pólos	Municípios	Pólos	Municípios	Pólos	Municípios	Pólos	Municípios	Pólos	Municípios
RS	3	140	4	96	4	210	4	210	6	248
SC	1	9	1	3	1	1	1	1	1	38
PR	1	3	3	9	3	9	3	9	1	39
Total Sul	5	152	8	108	8	220	8	220	8	325
SP	0	0	1	9	1	9	1	9	3	25
MG	1	25	0	0	4	76	4	76	6	122
Total Sudeste	1	25	1	9	5	85	5	85	9	147
GO	5	-	4	35	4	71	6	65	6	65
MT	4	-	2	9	2	20	3	24	3	24
MS	5	-	2	16	2	24	4	31	4	31
Total Centro Oeste	14	0	8	60	8	115	13	120	13	120
PA	-	-	1	34	1	34	1	37	1	37
Total Norte	0	0	1	34	1	34	1	37	1	37
BA	3	55	8	143	8	143	8	143	8	131
CE	2	16	4	38	4	38	4	38	8	89
PB	0	0	0	0	2	35	2	35	4	65
PE	2	28	4	54	4	54	4	54	6	70
PI	3	37	2	19	1	14	1	14	2	27
RN	-	-	2	35	2	35	2	35	4	80
Total Nordeste	10	136	20	289	21	319	21	319	32	462
Brasil	30	313	38	500	43	773	48	781	63	1091

Fonte: SAF/MDA (2010)





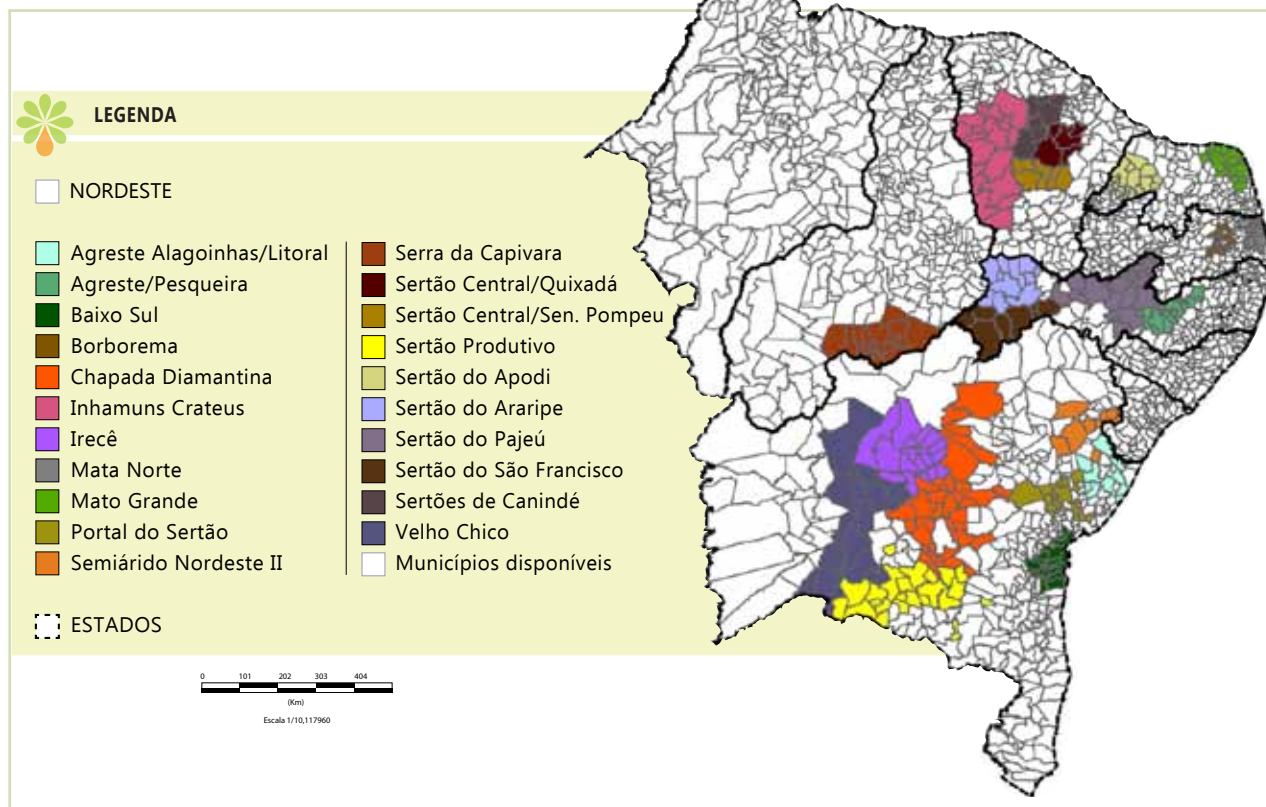
Em 2006, ano de implantação do Projeto Pólos de Biodiesel, o trabalho da SAF/MDA era realizado em 30 pólos que envolviam 313 municípios em todo país. Em 2007 este número passou para 38 pólos (500 municípios), 43 pólos (773 municípios) em 2008 e 48 pólos (781 municípios) em 2009.

Atualmente, o trabalho é realizado em 63 pólos em todo o Brasil, que abrangem 1.091 municípios. Esta ação tem favorecido importantes avanços no PNPB, como:

- maior adensamento das áreas de produção de oleaginosas;
- menor custo de logística na fase agrícola da cadeia produtiva;
- maior diversificação de oleaginosas;
- maior qualidade e intensidade da assistência técnica;
- aumento da produtividade;
- ampliação da renda dos agricultores familiares;
- aumento do capital social desses territórios e
- maior acesso a políticas públicas e à tecnologia.

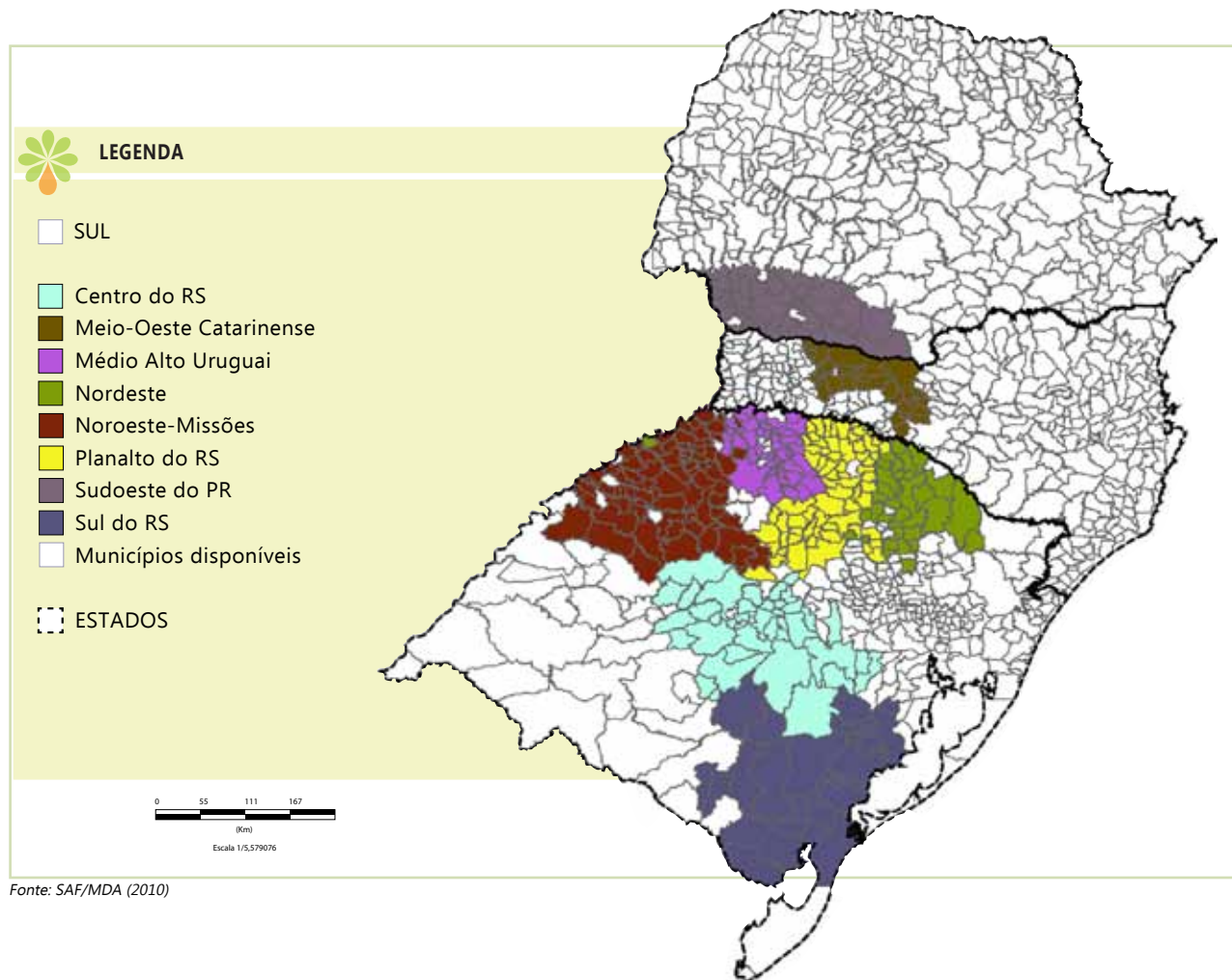
Pólos de produção de biodiesel na região Nordeste

A região Nordeste foi a primeira região de atuação do Projeto Pólos. Isso, associado a uma maior demanda de organização da base, faz com que seja a região com a maior quantidade de Pólos e técnicos do MDA mobilizados, comparado a outras regiões.



Pólos de produção de biodiesel na região Sul

A região Sul possui uma grande quantidade de pólos de produção de oleaginosas. Ajudado pelas características históricas de força e solidez da agricultura familiar, especialmente no Rio Grande do Sul, é registrado um grande número de agricultores familiares alcançados pelo Projeto Pólos. Entretanto, a metodologia implantada no Sul é um pouco diferente, já que, tradicionalmente, os agricultores familiares se encontram nucleados na lógica de suas cooperativas.

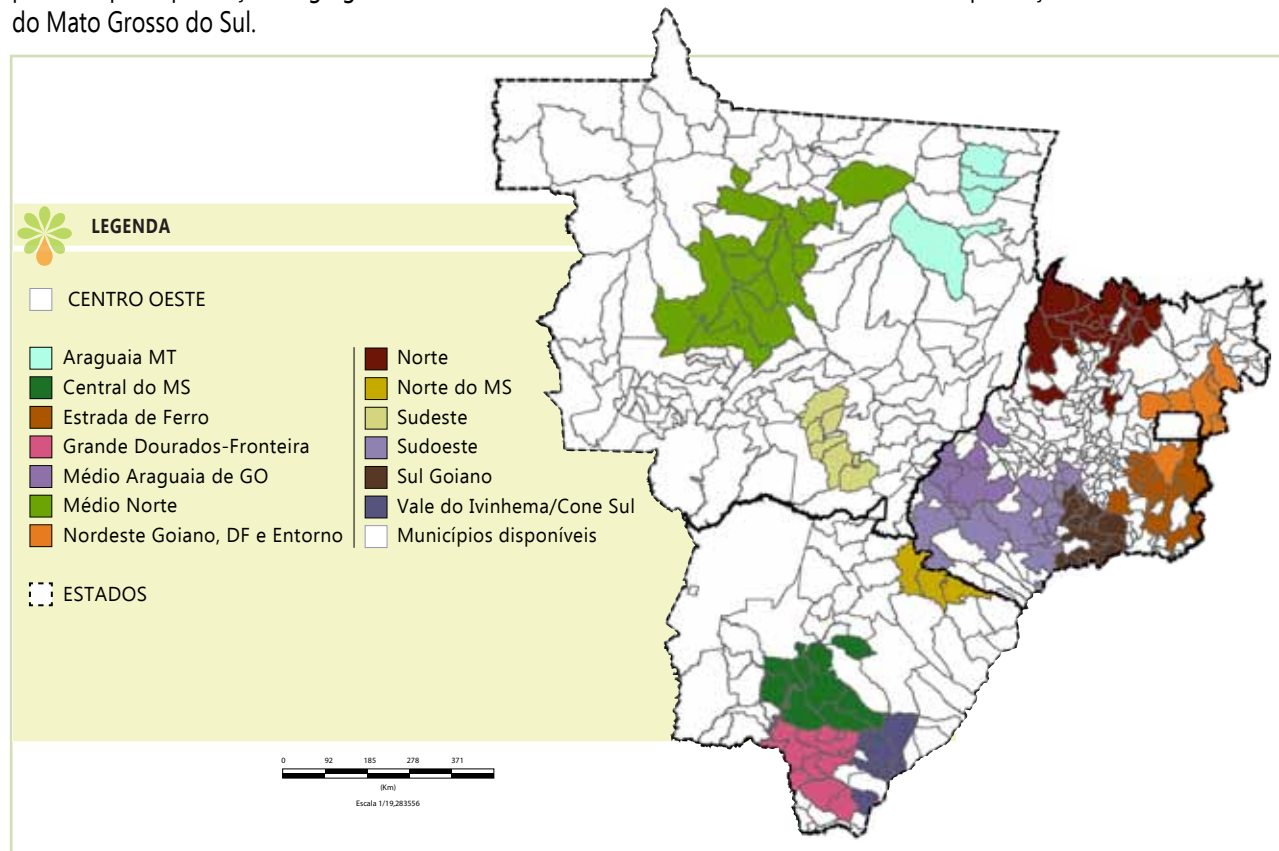


Pólos de produção de biodiesel na região Centro Oeste

O intercâmbio constante da equipe nacional do Projeto Pólos incentivado e promovido pelo MDA proporcionou agregar experiências e idéias do cooperativismo do Sul às regiões aonde o cooperativismo ainda não está difundido, caso do Nordeste, do Semiárido e do Centro Oeste.

A região Centro Oeste é a maior produtora de biodiesel e possui um número razoável de pólos organizados. Seus estados, caracterizados pela tradição de força da agricultura patronal e voltada à exportação, naturalmente apresentam menores potenciais comparativos de organização da agricultura familiar.

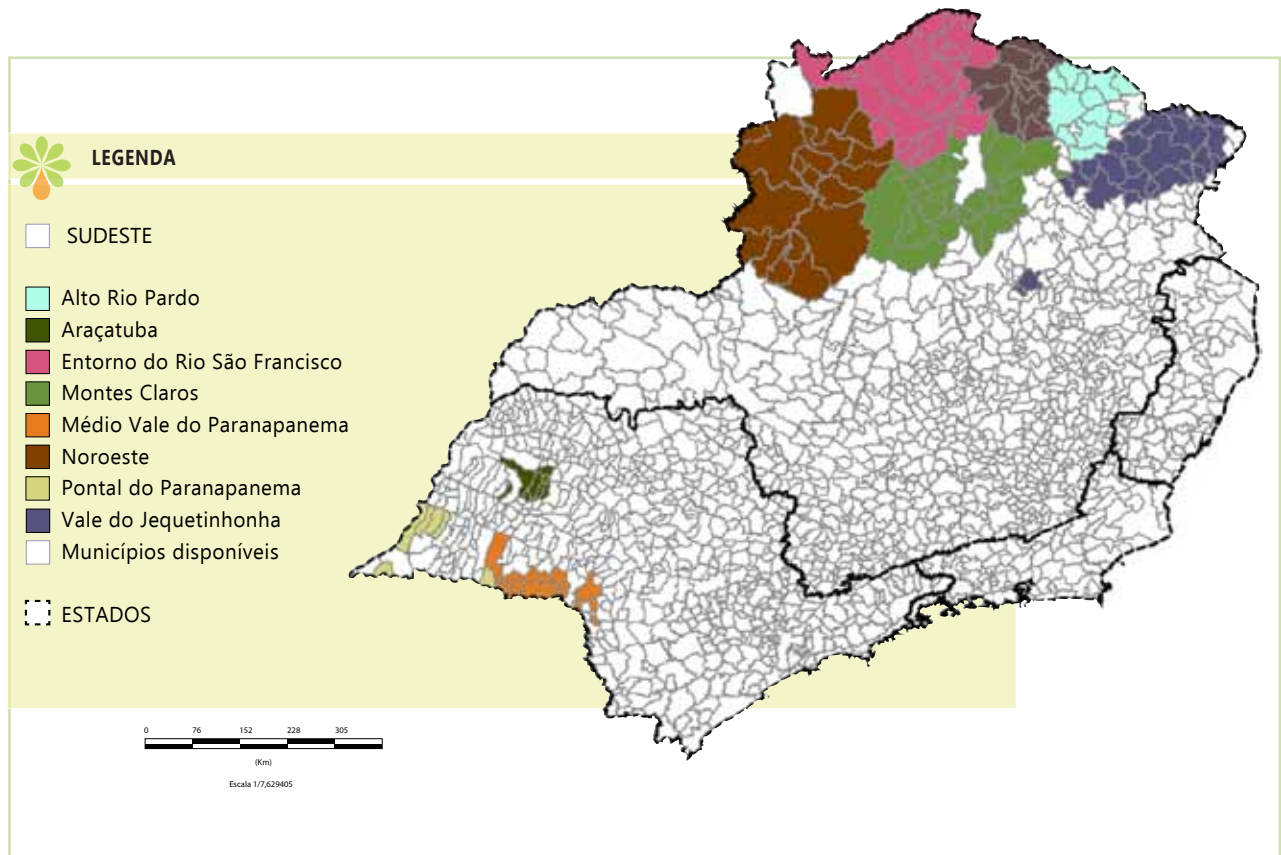
Porém, é uma região de destaque em novas iniciativas cooperativistas e em iniciativas de fomento à diversificação, como por exemplo, a produção de gergelim nos estados de Goiás e do Mato Grosso, assim como a produção de canola no estado do Mato Grosso do Sul.



Fonte: SAF/MDA (2010)

Pólos de produção de biodiesel na região Sudeste

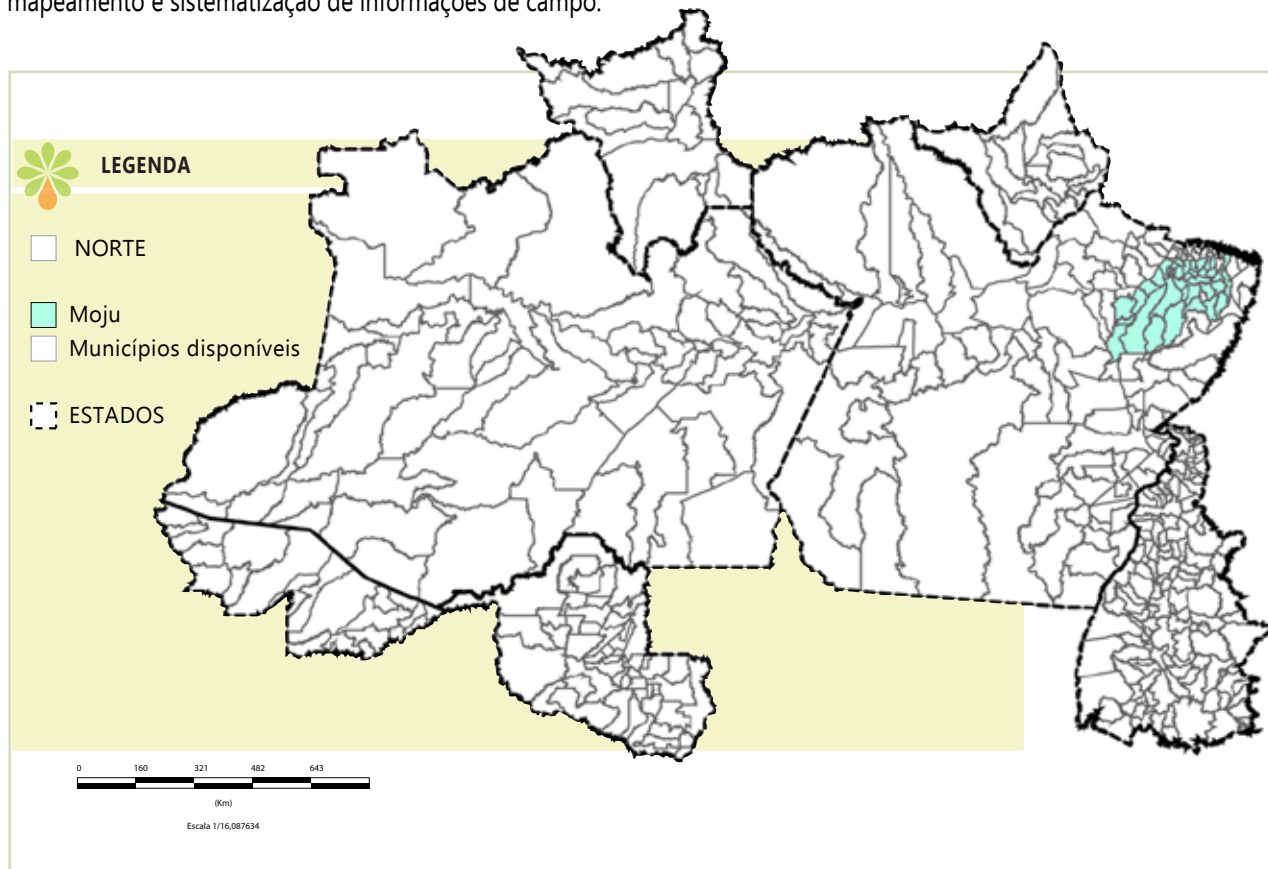
Apesar de registrar uma baixa participação em número de pólos organizados na região Sudeste – sobretudo em São Paulo, com poucas áreas livres para implantação de oleaginosas – em Minas Gerais, a instalação de uma unidade produtora de biodiesel em meados de 2009 tem gerado uma demanda crescente por agricultores familiares e por matéria prima.



Fonte: SAF/MDA (2010)

Pólos de produção de biodiesel na região Norte

A região Norte apresenta apenas um pólo organizado, localizado no Estado do Pará e caracterizado como pólo do dendê. A partir de 2010, impulsionadas pela potencialidade da cultura e pelo lançamento do Programa Nacional de Produção Sustentável de Palma de Óleo, várias empresas sinalizam a entrada na região, especialmente nos Estados do Pará e de Roraima. Dessa forma, já vem sendo feitos trabalhos de Diagnósticos Rápidos e Participativos (DRPs) e nucleação de agricultores familiares nesses estados seguindo a metodologia do Projeto Pólos e inovando na utilização de técnicas de mapeamento e sistematização de informações de campo.

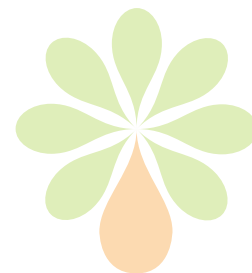


Fonte: SAF/MDA (2010)



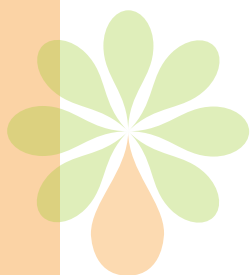
PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL - Inclusão Social e Desenvolvimento Territorial | **Presidenta da República** Dilma Vana Rousseff • **Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário** Afonso Florence • **Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário** Márcia da Silva Quadrado • **Secretário Nacional de Agricultura Familiar** Laudemir André Müller • **Diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor** Arnaldo Campos • **Coordenador Geral de Biocombustíveis** Marco Antônio Leite • **Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária** Celso Lisboa de Lacerda • **Coordenadora de Comunicação Social do MDA** Denise Mantovani • **Coordenador de Jornalismo da Ascom/MDA** Carlos Bortolás • **Chefe da Assessoria de Comunicação do INCRA** Pedro Ferreira • **Edição e Direção de Criação** Clarita Rickli • **Design Gráfico, Infográficos e Gráficos** Nelson Ribeiro • **Fotos** Eduardo Aigner/MDA e Ubirajara Machado/MDA • **Colaboradores** Stephan Gortz | André Grossi Machado | Mairon César José Machado Lopes | Sônia Rita de Sousa Baraúna • **Impressão:** Qualidade Gráfica Ltda • **Tiragem** 15.000





www.biodiesel.gov.br

www.mda.gov.br/biodiesel



Secretaria da
Agricultura Familiar

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA